

RELAÇÕES DE PODER EMANCIPATÓRIAS NO CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESTUDO COM ABORDAGEM QUALITATIVA EM TEORIA DE POLÍTICA DE CURRÍCULO

FERREIRA, Eucaris Joelma Rodrigues
Mestranda em Educação/IE/UFMT
eucarisjoelma@hotmail.com

OLIVEIRA, Ozerina Victor
Doutora em Educação/IE/UFMT
ozarina@ufmt.br

Resumo

Como professora pesquisadora, observo que a comunidade escolar em que atuo faz parte de uma realidade caracterizada pelas desigualdades sociais. Os sujeitos participantes do processo de ensino trazem para o interior da escola os mais diversos problemas como fome, desemprego, violência, tráfico, entre outros, desencadeados pela ordem social vigente. Nesse contexto a educação não reproduz apenas uma ideologia, porque nela encontramos as forças que se contradizem, caracterizadas por relações de poder reacionárias-conservadoras e emancipatórias. Tendo isso em vista, o objeto de estudo desta pesquisa é o significado de emancipação construído no campo do currículo. Busco, com o desenvolvimento desta investigação, compreender a trajetória histórica da emancipação para subsidiar uma pesquisa desenvolvida no curso de mestrado com o objetivo de identificar, compreender e analisar as relações de poder reacionárias-conservadoras e emancipatórias presentes no currículo escolar. O estudo é desenvolvido a partir das discussões contemporâneas dos contextos global, nacional e local da teoria de política de currículo. Estes contextos são entendidos, a partir de Stephen Ball (2001), como contexto de influência, contexto da produção do texto da política e o contexto da prática, bem como a partir da noção de influência da modernização conservadora apresentada por Michael Apple (2008). Os conceitos de currículo, poder e política de currículo são fundamentados nas reflexões sobre educação e poder apresentadas por Antonio Gramsci (1891 a 1937), nos conceitos de opressão e libertação construídos por Paulo Freire (1967), e nas análises de quem são os novos oprimidos desenvolvidas por Giovanni Semeraro (2009). O texto traz a reflexão do pensamento gramsciano, de que todo homem é filósofo, e toda filosofia é política, para a educação, entendendo que todo homem educa e todo processo educativo é político, de modo que, estes estudos bibliográficos resultam a compreensão da imbricação entre o político e o pedagógico e entre ideologia, alienação e emancipação.

Palavras-chave: emancipação – poder – política de currículo

Como professora pesquisadora, observo que a comunidade escolar faz parte de uma realidade caracterizada pelas desigualdades sociais, tendo em vista que os sujeitos participantes do processo de ensino trazem para o interior da escola os mais diversos

problemas como fome, desemprego, violência, tráfico, entre outros desencadeados pela ordem social vigente. Giovanni Semeraro aponta que estes sujeitos são os novos oprimidos, pois

“o sistema de opressão, configurado particularmente nas regiões periféricas, dissemina-se no planeta e até no interior do Primeiro Mundo. Incalculáveis massas de imigrantes submersos, de “naufragados”, na tentativa de aportar às suas costas, engrossam as fileiras dos oprimidos de hoje.” (SEMERARO, 2009 p. 38 e 39).

Observações aos arredores da escola, sobre as desigualdades provocadas pelo capitalismo globalizado, tornaram-se permanentes em minhas reflexões relacionadas ao desenvolvimento das relações pedagógicas com a comunidade escolar.

Alguns questionamentos começaram a ser direcionados à função social da escola nessa comunidade, e de que maneira a educação que oferecemos contribui para a sua emancipação social. Nesse sentido “não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada.” (GIMENO Sacristán, 2000, p.15).

Considerando o contexto social na qual a escola encontra-se inserida, o objeto de estudo desta pesquisa é o significado de emancipação construído no campo do currículo. Busco, com o desenvolvimento desta investigação, compreender a trajetória histórica da emancipação para subsidiar uma pesquisa desenvolvida no curso de mestrado com o objetivo de identificar, compreender e analisar as relações de poder reacionárias-conservadoras e emancipatórias presentes no currículo escolar.

O currículo será o “palco” para a investigação da identificação, compreensão e análise das relações de poder emancipatórias existentes na escola, é importante considerar as políticas educacionais e as discussões contemporâneas abordadas no contexto global, nacional e local da escola pesquisada. Stephen Ball ressalta que as políticas estão sempre sendo recriadas e que a escola é um dos espaços sociais de recontextualização política, também explica que a criação de políticas nacionais é

“um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de idéias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção, de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar.” (BALL,2001, p.102)

Os estudos bibliográficos desenvolvidos durante a pesquisa sobre o currículo e as políticas educacionais estão embasados numa perspectiva crítica, onde se “é impossível negar a natureza política do processo educativo” (FREIRE, 1982, p. 23), pois o currículo na maneira como se nos apresenta é historicamente configurado por “uma determinada trama cultural,

política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar.” (GIMENO Sacristán, 2000, p.17)

Para investigar as relações de poder emancipatórias presentes no currículo escolar, numa abordagem crítica, faz-se necessário a discussão das relações entre os conceitos de currículo, poder e emancipação, considerando que

“a disseminação da educação e seu entrelaçamento com a política representam uma das conquistas mais expressivas da modernidade. Desde seu início, descobre-se que a origem do poder não deriva do alto (de direito divino), da tradição, da herança ou de alguma figura carismática, mas dos indivíduos que conseguem constituir uma vontade coletiva.” (SEMERARO, 2009, p.65/66)

Os conceitos de currículo, poder e política de currículo estão fundamentados, a partir da noção de influência da modernização conservadora apresentada por Michael Apple (2008). Para melhor compreender as relações de poder na educação, as discussões desta pesquisa encontram-se embasadas em alguns conceitos desenvolvidos pela concepção materialista histórica.

As reflexões sobre educação e poder apresentadas por Antonio Gramsci (1891 a 1937), os conceitos de opressão e libertação construídos por Paulo Freire (1967), e as análises de quem são os novos oprimidos desenvolvidas por Giovanni Semeraro (2009) contribuiu para que esta investigação bibliográfica resulte na compreensão da imbricação entre o político e o pedagógico e entre ideologia, alienação e emancipação.

Relações de forças: reacionárias-conservadoras e emancipatórias

Entendo que o currículo escolar é constituído de conhecimentos diversos, expressos nas relações sociais e políticas estabelecidas entre as pessoas e instituições que participam do processo educativo, examinando a questão sócio-política de “que a modernização conservadora proporciona grande parte do contexto ideológico para as políticas e práticas educacionais.” (APPLE, 2008, p.23).

Considero que as relações sócio-políticas e a educação encontram-se imbricadas e imbuídas de intencionalidades dos grupos que nela se relacionam. Na educação não há a predominância de uma única idéia, porque nela encontramos forças que se contrapõem, pois a organização educacional de uma sociedade

“não é um fenômeno simples – um grupo, um conjunto único de interesses [...] é uma mistura ideologicamente complexa e, muitas vezes, contraditória de forças, mas cujas tendências gerais nos movem [...]” (APPLE, 2008, p.23).

As relações de forças ou poder não se fazem presentes apenas em instituições sociais, ou mais precisamente na escola, para Gramsci as relações de forças são desenvolvidas em todas as relações estabelecidas entre os homens, pois

“toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.” (GRAMSCI, 1955, p. 37)

Nas relações hegemônicas estabelecidas entre os homens, desenvolvem-se as mais diversas ideologias que evoluem juntamente com o progresso de cada sociedade,

“na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1955, p. 62)

De modo que, nas instituições escolares se faz presente diversas ideologias que se encontram, misturam, relacionam, uma vez que temos na escola um ambiente de diversidade sócio-cultural, constituído pelas pessoas que nela se relacionam. Para Paulo Freire na escola não se perpetua apenas uma ideologia, o autor aponta a existência de forças que se contradizem na educação quando destaca que a

“educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. Nem mesmo em sociedades altamente modernizadas, com classes dominantes realmente competentes e conscientes do papel da educação, ela é apenas reprodutora da ideologia daquelas classes.” (FREIRE, 1982, p. 24)

Com base nas concepções apresentadas, identifico que as relações de forças que se contradizem nas instituições escolares podem ser assim caracterizadas como relações de poder reacionárias-conservadoras e emancipatórias.

As relações de poder reacionárias-conservadoras e emancipatórias presentes nas escolas estão relacionadas ao desenvolvimento político da sociedade, relembramos que no século XIX, com o advento do progresso industrial e a tomada do poder pela burguesia, os conceitos de divisão de classes foram reforçados também nas escolas para os filhos dos trabalhadores, todavia, “não foi [...] a educação burguesa a que criou ou enformou a burguesia, mas a burguesia que, chegando ao poder, teve o poder de sistematizar a sua educação.” (FREIRE, 1982, p. 24).

Para Karl Marx (1818-1883, p.9), “a sociedade burguesa moderna, brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu o antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.” A partir das relações de

produção estabelecidas entre burguesia e proletariado, o marxismo esclarece que a alienação, fenômeno de caráter específico das relações capitalistas, fora constituído com a fragmentação da práxis, ou seja, a separação do trabalhador entre o resultado final de sua produção, que associada a condição de trabalhado remunerado atribuiu ao produto (ou mercadoria) um valor austero quando o tornou distante de quem o produziu.

O sociólogo Alberto Tosi (2003, p. 49) esclarece que mesmo tendo analisado as relações de classes a partir do modo de produção, onde o trabalho é considerado a atividade central na constituição do homem, Marx não se dedicou a examinar o sistema educacional. Mas através das investigações sobre o emprego de crianças nas fábricas com longas jornadas de trabalho, identificou que na precariedade do sistema educacional destinado às crianças operárias também perpetuavam as relações de opressões. Deixando claro que, conforme o conteúdo de classe ao qual estiver exposta, ela pode ser uma educação que sirva à alienação ou uma educação para a emancipação. Neste momento, o currículo escolar se constituía como uma maquinaria para manter a perpetuação das desigualdades sociais e da ideologia dominante da época.

Gramsci também pensou a ideologia dominante, enquanto hegemonia presente nas relações de forças entre estrutura e superestrutura, examinou as instituições de ensino como sendo aparelhos hegemônicos ressaltando que “a escola – em todos os seus níveis – e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número do pessoal que utilizam.” (GRAMSCI,1955, p.29). Ao observar a formação de novos grupos de intelectuais que surgiram com as mudanças do progresso industrial, Gramsci percebeu a necessidade de se criar novas escolas, pois

“a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 1891-1937, p.118).

Louis Althusser em seus estudos embasados no marxismo analisou a escola como aparelho ideológico, esta por sua vez constitui-se assim porque atingia grande quantidade de pessoas, tais discussões eram voltadas para o currículo com a preocupação de

“como a escola transmite a ideologia? A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de forma mais direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais [...]; seja de uma forma mais indireta[...].” (SILVA, 1999, p. 31)

Tais reflexões demonstram que a ideologia dominante, as relações de forças reacionárias-conservadoras e emancipatórias, não se fazem presente apenas nas relações de

produção estabelecidas entre os trabalhadores, mas também no currículo das escolas frequentadas pelos filhos dos proletariados. Para Tomaz Tadeu da Silva, o currículo também é uma questão de poder, quando analisa que

“as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 1999, p. 16)

Por esse motivo, entendo que as discussões e estudos sobre o currículo e as relações de poder proposto para o desenvolvimento da pesquisa, contempla a “impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política.” (FREIRE, 1982, p. 24), pois na escola constitui o ambiente de encontro das relações de forças sócio-políticas e econômicas que tem influenciado, decisivamente, a maneira de viver de milhares de pessoas.

O currículo e os contextos políticos

A importância em considerar o currículo como “palco” para os estudos e análises contempla a afirmação de que “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam no sistema educativo num dado momento [...]” (GIMENO Sacristán, 2000, p.17). O momento em que o currículo será investigado é o momento presente, hoje constituído e organizado pela atual ordem social capitalista que tem criado diversas políticas educacionais.

As atuais políticas educacionais criam propostas de aprendizagens, currículos organizados em ciclo ou integrado, programas de avaliação embasados no desenvolvimento do sistema financeiro internacional, no economicismo, na globalização. Stephen Ball nos afirma que as políticas nacionais atualmente têm sido definidas em termos de diferentes manifestações da globalização, expressando os discursos ideológicos que limitam as políticas educativas ao nível nacional. A política atual, caracterizada como modernização conservadora

“refere-se ao crescente poder de um novo bloco hegemônico – uma nova aliança de forças direitistas que atualmente exercem liderança na sociedade. Ela tem a intenção de forçar a educação e tudo que é social, cultural e econômico para as direções notavelmente conservadoras [...]” (APPLE, 2008, p.14)

Desta maneira, torna-se importante a investigação dos contextos global, nacional e local que constituem o currículo pesquisado, estudos contemporâneos esclarecem que a

reorganização do mercado e os programas de financiamentos educativos têm influenciado na formação de um currículo oculto onde

“o conceito e o propósito da educação, a natureza das relações sociais da escolarização, as relações professor/a-estudante, professor/a-pais, estudante-estudante são todas desafiadas pelas forças e micro-práticas do mercado [...]” (BALL, 2001 p. 108)

Assim, para o desenvolvimento dos estudos das relações de poder emancipatórias presentes no currículo organizado em ciclo “três contextos básicos precisam ser considerados [...] o contexto de influência, o contexto da produção do texto da política e o contexto da prática” (MAINARDES, 2007, p.14). Segundo Stephen Ball, esses contextos se inter-relacionam e não são lineares, o autor ainda ressalta que no contexto de influência

“grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nele as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também neste contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política.” (MAINARDES, 2007, p. 29).

O contexto do texto é configurado por textos políticos que representam a política “essas representações podem tomar várias formas: textos legais, oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais [...] os textos políticos são resultado de disputas e de acordos [...]” (MAINARDES, 2007, p. 29 e 30).

Já o contexto da prática é o lugar onde a política retorna de um ciclo e se sujeita a ser interpretada e recriada, causando efeitos, conseqüências, representações de mudanças na política. A escola é um exemplo de contexto da prática, pois os professores desempenham um processo ativo de interpretação e reinterpretação de políticas, de maneira que as políticas não são simplesmente implementadas, “o que eles pensam e acreditam tem implicações no processo de implementação das políticas. É importante destacar que as interpretações e reinterpretações são constituídas nas relações sociais [...]” (MAINARDES, 2007, p. 31)

Em âmbito nacional Paulo Freire considerou as desigualdades sociais e a influência do contexto político na perpetuação da opressão sobre os menos favorecidos, analisando as relações de poder entre os opressores e oprimidos, construiu a proposta de educação libertadora, entendendo que

“as contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante.” (FREIRE, 1982, p.24)

Desta maneira, não é “possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder [...]” (FREIRE, 1982 p. 24). Se enxergarmos na educação que

“a própria complexidade dos currículos modernos do ensino obrigatório é reflexo da multiplicidade de fins aos quais a escolarização se refere [...] conseqüentemente, a análise do currículo é uma condição para conhecer e analisar o que é a escola como instituição cultural e de socialização em termos reais e concretos.” (GIMENO Sacristán, 2000, p. 17)

A investigação das relações de poder emancipatórias presentes no currículo escolar também está relacionada à compreensão do conceito de escola como instituição cultural, ou seja, ambiente de socialização das mais diferentes realidades sócio-culturais, de modo que, para identificar e compreender forças emancipatórias existentes no currículo se faz necessário refletir sobre os processos formativos da identidade dos sujeitos inseridos na escola.

Analisar o currículo a partir do contexto local implica em conhecer e compreender a constituição da identidade social da comunidade escolar pesquisada, para Semeraro a população menos favorecida atualmente se caracteriza como os novos oprimidos porque vivem e sofrem processos de opressões desencadeados pela influência da modernização conservadora que

“conectado com esse fenômeno, encontra-se uma crescente multidão, especialmente de jovens, em busca de trabalho, que beira a condição de “nua vida”, de mera subsistência, de desorientação e perda de capacidade de lutar para viver decentemente na sociedade.” (SEMERARO, 2009, p. 39).

Stuart Hall destaca que as transformações nas sociedades modernas têm fragmentado “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade [...]. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.” (HALL, 2002, p.9).

O autor ainda ressalta que o indivíduo vive uma crise de identidade provocada pela sensação de perda de um estável sentido de si, entendido como deslocamento ou descentralização do sujeito tanto do seu lugar no mundo social ou cultural.

Estas contribuições me levam a compreender que, o desenvolvimento da investigação de relações de poder emancipatórias presentes no currículo escolar requer estudos a cerca da construção da identidade social da comunidade escolar pesquisada, uma vez que,

“[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela

permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada.” (HALL, 2002, p. 38).

Assim, compreendo que a existência de forças reacionárias-conservadoras e emancipatórias no currículo escolar confluem para a formação da identidade social da comunidade escolar pesquisada, sendo necessário considerar o processo formativo de identidade a partir do contexto local.

Trazendo o pensamento de Gramsci, de que todo homem é filósofo, e toda filosofia é política, para a educação, entendo que todo homem educa e todo processo educativo é político. Considerando as reflexões aqui apresentadas, deste estudo bibliográfico resulta a compreensão da imbricação entre o político e o pedagógico e entre ideologia, alienação e emancipação.

O estudo bibliográfico desenvolvido inicialmente, tem-me ensinado muito além dos conceitos necessários para a fundamentação e desenvolvimento da pesquisa, enquanto professora pesquisadora observar as diferenças entre o ato de ensinar e o ato de pesquisar demonstra

“que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor. [...] Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo individuo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados [...]” (GRAMSCI, 1955, p.37)

Desta maneira, compreendo que as relações de poder emancipatórias presentes no currículo escolar se constituem por práticas político-pedagógicas, ações que contextualizadas contribuem para a formação de um novo ser humano. Um ser humano crítico que tenha “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica.” (GRAMSCI, 1955, p. 21), de modo que, a existência das forças emancipatórias no currículo tem como objetivo maior desenvolver no ser humano a compreensão crítica de si mesmo.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. **Currículo, poder lutas: com a palavra, os subalternos.** Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed, 2008.

BALL, STEPHEN J. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação.** Currículo sem fronteiras, vol 1, n.2, p. 99-116, Jul/Dez.2001

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam.** 50 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

GIMENO, J. Sacristán. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática.** Tradução Ernani F. Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Art/Med, 2000

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da cultura.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX & ENGELS. Karl e Friedrich. **O manifesto comunista.** Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo.** 2ª Ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

SEMERARO, Giovanni. **Libertação e hegemonia. Realizar a América Latina pelos movimentos populares.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.